

Políticas curriculares e currículo na Educação Musical: um mapeamento das publicações sobre a BNCC e o ensino de música na Educação Básica

Raiana Maciel do Carmo

Universidade Estadual de Montes Claros
orcid.org/ 0000-0001-9250-5804
raianamaciel@yahoo.com.br

Tatiane Rocha Matos

Universidade Estadual de Montes Claros
orcid.org/ 0009-0002-8513-8692
tatyrochaferreira@gmail.com

CARMO, Raiana Maciel do Carmo; MATOS, Tatiane Rocha. Políticas curriculares e currículo na Educação Musical: um mapeamento das publicações sobre a BNCC e o ensino de música na Educação Básica. *Revista da Abem*, [s. l.], v. 32, n. 1, e32110, 2024.



Políticas curriculares e currículo na Educação Musical: um mapeamento das publicações sobre a BNCC e o ensino de música na Educação Básica

Resumo: Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa que teve como objetivo identificar a produção acadêmica que foca nas relações entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o ensino de música na Educação Básica. A metodologia contemplou uma abordagem qualitativa de caráter descritivo e os procedimentos metodológicos abordaram uma pesquisa bibliográfica em trabalhos publicados entre os anos de 2015 e 2023, realizada no Portal de Periódicos e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), na Revista da ABEM, na Revista MEB, na Revista ORFEU, na Revista da Tulha, nos anais dos congressos nacionais e dos encontros regionais da ABEM e nos anais dos congressos da ANPPOM. Também foi utilizada uma pesquisa documental no texto da BNCC. A partir das publicações selecionadas, foi possível identificar duas categorias analíticas. A primeira delas foca na inserção da música no componente curricular Arte na BNCC e em propostas curriculares municipais e estaduais, e a segunda apresenta resultados de pesquisas e de relatos de experiências que discutem propostas de ensino de música estruturadas e/ou realizadas a partir das diretrizes da Base. Conclui-se, portanto, que por ser uma importante política curricular, se faz necessário um maior aprofundamento nas reflexões sobre a BNCC. Essas reflexões devem abarcar todo este percurso, desde a concepção da Base e dos discursos imbuídos em seu texto, passando pela elaboração de propostas curriculares no âmbito dos estados e municípios até a elaboração dos PPPs, dos materiais didáticos e dos planejamentos dos/as professores/as.

Palavras-chave: BNCC; ensino de música; Educação Básica; mapeamento.

Curricular policies and curriculum in Music Education: a mapping of publications about BNCC and music teaching in Basic Education

Abstract: This article presents results of a research that aimed to identify academic production that addresses the relationships between the National Common Curricular Base (BNCC) and music teaching in Basic Education. The methodology had a qualitative approach of a descriptive nature and the methodological procedures included a bibliographical research on works published between the years 2015 and 2023, carried out on the Periodicals Portal and in the CAPES Theses and Dissertations Catalog, in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), in the ABEM Magazine, in the MEB Magazine, in the ORFEU Magazine, in the da Tulha Magazine, in the annals of national congresses and regional meetings of ABEM, in the annals of ANPPOM congresses. Documentary research of the BNCC text was also used. From the selected publications, it was possible to identify two analytical categories. The first of them focuses on the inclusion of music in the Art curricular component at BNCC and in municipal and state curricular proposals. And the second presents research results and experience reports that discuss music teaching proposals designed and/or carried out based on the base's guidelines. It is concluded, therefore, that as it is an important curricular policy, greater depth in reflections on the BNCC is necessary. These reflections must cover this entire journey, from the conception of the base and the discourses imbued in its text, through the elaboration of curricular proposals at the level of states and municipalities, to the elaboration of PPPs, teaching materials and teachers' plans.

Keywords: BNCC; music teaching; Basic Education; mapping.

Políticas curriculares y currículo en Educación Musical: un mapeo de publicaciones sobre la BNCC y la enseñanza musical en la Educación Básica

Resumen: Este artículo presenta los resultados de un estudio que tuvo como objetivo identificar la producción académica que se centra en la relación entre la Base Curricular Nacional Común (BNCC) y la enseñanza de la música en la Educación Básica. La metodología adoptó un abordaje cualitativo, descriptivo y los procedimientos metodológicos incluyeron un levantamiento bibliográfico de trabajos publicados entre 2015 y 2023, realizado en el Portal CAPES de Publicaciones Periódicas y Catálogo de Tesis y Disertaciones, en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD), en la Revista ABEM, en la Revista MEB, en la Revista ORFEU, en la Revista Tulha, en las actas de los congresos nacionales y encuentros regionales de la ABEM y en las actas de los congresos de la ANPPOM. También se realizó una investigación documental sobre el texto del BNCC. A partir de las publicaciones





selecionadas, fue posible identificar dos categorías analíticas. La primera se centra en la inclusión de la música en el componente curricular de Arte en el BNCC y en las propuestas curriculares municipales y estatales. La segunda presenta los resultados de investigaciones e informes de experiencias que discuten propuestas de enseñanza de música estructuradas y/o realizadas a partir de las directrices del BNCC. Por lo tanto, se concluye que, por tratarse de una política curricular importante, es necesario profundizar las reflexiones sobre el BNCC. Estas reflexiones deben abarcar todo el recorrido, desde la concepción de las bases y los discursos imbuidos en su texto, hasta el desarrollo de propuestas para las BNCC.

Palabras clave: BNCC; enseñanza de la música; Educación Básica; mapeo.

Introdução

A luta pelo ensino de música na Educação Básica também é consolidada por meio da produção acadêmica que tem evidenciado relatos de experiências e resultados de pesquisas científicas que abarcam as mais diversas experiências nas escolas brasileiras. No entanto, conforme Del-Ben e Pereira (2019, p. 206), “apesar da existência de produção crítica a respeito da educação musical escolar, não identificamos a consolidação de um pensamento curricular voltado especificamente para a educação básica”. As discussões sobre este pensamento, sem dúvidas, são fundamentais para fomentar o debate sobre qual é o ensino de música que queremos, para quem e com qual finalidade.

Além disso, um avanço neste pensamento curricular incide também em uma melhor compreensão acerca da inserção da música nas políticas curriculares nacionais, no currículo prescrito e no currículo em ação¹. Essa inserção é demasiadamente complexa por se espelhar em uma legislação (Lei nº 13.278/2016) que insere a música ao lado de outras linguagens artísticas, sendo elas a dança, o teatro e as artes visuais, dentro do componente curricular Arte, no currículo dos diversos níveis da Educação Básica (Brasil, 2016).

Neste sentido, este trabalho pretende avançar neste debate focando na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento norteador de aprendizagens para

¹ As políticas curriculares, conforme Sacristán (2019), são definidas por instâncias políticas e administrativas que estabelecem as regras do sistema curricular. É a primeira preparação direta do currículo. Já o currículo prescrito é coexistente a todo sistema educativo, ele atua como referência e serve como ponto de partida para elaboração de materiais, controle de sistemas, bem como para as avaliações. Assim como as políticas curriculares, o currículo prescrito é genérico e insuficiente para orientar a prática educativa nas escolas (Sacristán, 2019). Tendo em vista a solidez das políticas curriculares e do currículo prescrito, o currículo em ação é posto em prática pelos professores, é a prática real do cotidiano escolar, o que sustenta a ação pedagógica (Sacristán, 2019).



todas as etapas e modalidades da Educação Básica que figura como a mais recente política educacional relacionada às mudanças curriculares nas escolas brasileiras (Figueiredo *et al.*, 2022; Arnhold, 2021). A BNCC constituiu-se como um documento de caráter obrigatório que foi homologado em 2017 para as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, e, em 2018, para o Ensino Médio.

Sendo assim, este artigo tem como objetivo identificar a produção acadêmica que foca as relações entre a BNCC e o ensino de música na Educação Básica. Em se tratando de uma política curricular de tamanha representatividade no cenário da educação brasileira que abarca, desde a sua concepção, interesses conflitantes por parte de diversos grupos e setores da sociedade, o estudo dessas produções constitui-se como um ensejo de “refletirmos sobre modos de ocupar o espaço que foi garantido à música na educação básica [...] e uma oportunidade sobre como pensar o ensino de música como parte dos currículos escolares [...]” (Del-Ben; Pereira, 2019, p. 191).

Para a exposição das ideias, o texto foi dividido em três partes. A primeira contempla a metodologia, abordando quais foram os procedimentos utilizados para a obtenção dos dados, assim como a maneira pela qual essas informações foram organizadas. Na segunda parte, o trabalho descreve a inserção da música na BNCC nas etapas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. E, por fim, a terceira apresenta os resultados obtidos por meio da seleção e da análise dos textos coletados, evidenciando duas categorias analíticas, sendo elas: 1ª) Dimensões teóricas acerca da BNCC e ensino de música: a política curricular em discussão, e 2ª) Dimensões da prática pedagógica: BNCC e o ensino de música na escola.

Metodologia

A metodologia da pesquisa contemplou uma abordagem qualitativa de caráter descritivo. Como procedimentos metodológicos foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica teve como foco realizar um mapeamento da produção acadêmica relacionada ao binômio Ensino de Música na Educação Básica e Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Este mapeamento se baseou em uma pesquisa de orientação metodológica definida como “estado da arte” (Ferreira, 2002), realizada entre os meses de março de 2023

e janeiro 2024 em dissertações, teses, artigos de revistas científicas e trabalhos publicados em anais de eventos acadêmicos e científicos. O corte temporal estabelecido para as datas das publicações foi de 2015 a 2023, considerando que a primeira versão da BNCC foi divulgada em setembro de 2015.

Para o levantamento dessas publicações, foram utilizados os descritores “BNCC AND Música” e “Base Nacional Comum Curricular AND Educação Musical” nas seguintes bases de dados: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A busca pelos trabalhos também foi realizada em revistas brasileiras da área da Música, inseridas no Qualis Periódico da Plataforma Sucupira. A seleção dessas revistas considerou aquelas que contemplavam textos da Educação Musical e que contavam com um fluxo de publicações entre os anos de 2015 e 2023. Das dez revistas² analisadas, quatro apresentaram artigos relacionados ao escopo deste trabalho, sendo elas: Revista da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), Revista Música na Educação Básica (MEB), Revista ORFEU e Revista da Tulha. Além disso, o levantamento das publicações também ocorreu nos anais dos congressos nacionais e dos encontros regionais da ABEM e nos anais dos congressos nacionais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM).

Tendo em vista as especificidades dessas fontes de dados, essa pesquisa foi realizada de duas maneiras: nos anais e nas revistas foram feitas buscas diretas em cada publicação, ou seja, acessando textos publicados entre 2015 e 2023 que apresentavam no título um indicativo de proximidade com o assunto “BNCC”, tais como discussões sobre a Educação Básica e, especificamente, sobre currículo. Já nas bases de dados da CAPES e da BDTD utilizou-se o buscador disponível nos sites.

Sendo assim, na primeira etapa da pesquisa, foram coletadas, em todas essas fontes, 59 publicações que apresentavam os descritores em pelo menos uma dessas três partes: título, resumo e palavras-chave. Vale destacar que quando

² Dentre essas dez revistas, seis não apresentaram trabalhos que tivessem como foco a discussão de relações entre a BNCC e o Ensino de Música na Educação Básica, sendo elas: Revista Debates, Revista Brasileira de Música, Revista Opus, Revista Música Hodie, Revista Per Musi e Revista Música.

encontrados textos repetidos em duas bases de dados diferentes, apenas um deles foi considerado.

Considerando-se o objetivo da investigação, foi realizado um recorte dessa produção, sendo selecionados 33 trabalhos (Quadro 1) que apresentam discussões que focam nas relações entre a BNCC e o ensino de música na Educação Básica. Dessa forma, os textos escolhidos apresentam essas relações de forma direta em seu(s) objetivo(s). Como possibilidade para interpretação dos dados, foi utilizada a abordagem da análise de conteúdo de Bardin (2011). A partir da análise destes textos, os resultados foram divididos em duas categorias analíticas: 1ª) Dimensões teóricas acerca da BNCC e ensino de música: a política curricular em discussão; 2ª) Dimensões da prática pedagógica: BNCC e o ensino de música na escola.

	Título	Autor/a	Ano de publicação	Fontes dos dados
1.	Falando sobre a Arte na Base Nacional Comum Curricular–BNCC–um ponto de vista da Educação Musical.	ROMANELLI, Guilherme Gabriel Ballande.	2016	Portal de periódicos da CAPES
2.	Noções naturalizadas de música, arte e criação: desdobramentos a partir de uma leitura da Base Nacional Comum Curricular.	FISHER, Daniele <i>et al.</i>	2016	ANAIS/ANPPOM
3.	A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em aulas de música no Ensino Fundamental: analisando uma experiência de estágio.	ABREU, Rafael Roncato de; AQUINO, Thaís Lobosque.	2018	ANAIS/ABEM
4.	Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCCEM): fragmentos e intermediações a partir do Fórum Especial da ABEM.	MOTA, Yanaêh Vasconcelos <i>et al.</i>	2018	ANAIS/ABEM
5.	A educação musical na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)–ensino médio: teias da política educacional curricular pós-golpe 2016 no Brasil.	SANTOS, Micael Carvalho dos.	2019	Revista da ABEM



6.	O currículo polivalente em Arte e a prática de professores de música em Várzea Grande - MT	ORTIZ, Anni Marisi Ribeiro; AZEVEDO, Maria Cristina de Carvalho Cascelli de.	2019	ANAIS/ABEM
7.	Configurações do ensino de música frente ao componente curricular Arte: um estudo com professores de música da Educação Básica.	CARVALHO, André Rangel de.	2020	BDTD
8.	Arte (Música) no Currículo Integrado: reflexões sobre seu papel diante das Avaliações em Larga Escala e a Base Nacional Comum Curricular.	FILIPAK, Renata.	2020	ANAIS/ SIMPOM
9.	Música no Novo Ensino Médio: práticas musicais presentes nos Itinerários Formativos da BNCC em uma escola pública de tempo integral.	ROSA, Tauini Mauê Santos.	2020	ANAIS/ SIMPOM
10.	Música na educação do campo: superando estereótipos e aprimorando a escuta musical por meio da criação de playlists	OLIVEIRA, Luana.	2020	Revista MEB
11.	Música e movimento na Educação Infantil: diálogos possíveis e conexões entre a Base Nacional Comum Curricular e práticas pedagógicas com crianças de 5 anos a partir da perspectiva da abordagem Orff-Schulwerk.	SANTOS, Cassiano Lima da Silveira.	2020	BDTD
12.	Musicalização na Educação Infantil: um olhar sobre a Base Nacional Comum Curricular	SOUZA, Bruna Costa Mariano Ferregueti.	2020	Portal de periódicos da CAPES
13.	O ensino musical na Educação Infantil e sua possível relação com a teoria desenvolvimental proposta por L. Vigotski	MIÃO, Cícero Rodarte; LIMA, Sônia Regina Albano de.	2020	Revista da Tulha





14.	Ensino de música em Escolas Parque de Tempo Integral: uma proposta pedagógica.	GONÇALVES, Isabelle Marques.	2020	Catálogo da CAPES
15.	Reformas curriculares na educação básica sob três perspectivas: BNCC, mediações estaduais e experiências de ensino de música em escolas públicas.	TORRES, Sérgio Inácio; MATOS, Ronaldo Aparecido de.	2021	Revista ORFEU
16.	Música, brincadeiras, educação infantil e Base Nacional Comum Curricular	SILVA, Thaís Dantas da	2021	Portal de periódicos da CAPES
17.	As relações entre as aulas de música e o desenvolvimento comunicativo infantil: reflexões a partir da Base Nacional Comum Curricular	COSTA, Maria Angélica de Toledo Calderano da.	2021	ANAIS/ABEM
18.	BNCC e Educação Musical: muito barulho por nada?	FRANÇA, Maria Cecília Cavalieri.	2021	Revista MEB
19.	Proposta de implementação da Teoria de Aprendizagem Musical de Edwin Gordon na Educação Infantil de acordo com os parâmetros da BNCC.	OLIVEIRA, Rafael Galvão de.	2021	BDTD
20.	BNCC e a Educação Musical: um estudo crítico-analítico sobre a música no currículo de uma escola da educação básica em Belém/PA	SILVA, Bianca Souto Mota da.	2021	ANAIS/ABEM
21.	Configurações do ensino de música frente ao componente curricular Arte: um estudo com professores de música da Educação Básica.	CARVALHO, André Rangel de.	2021	ANAIS/ABEM
22.	Música e tecnologia na escola: diretrizes pedagógicas para os anos iniciais do ensino fundamental guiadas pela BNCC	CARVALHO, Tereza Cristina Dourado Carrah Vieira.	2022	BDTD
23.	A educação musical como prática educativa	DIAS, José Sérgio.	2022	Catálogo de Teses e



	emancipatória: uma análise da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio.			Dissertações da CAPES
24.	Componente curricular Arte em disputa: embates pela especificidade da música nas políticas curriculares.	OLIVEIRA, Olga Alves de; SOBREIRA, Silvia.	2022	Revista da ABEM
25.	Música como linguagem do componente curricular Arte: processo histórico e legal na educação pública de ensino	MEZZALIRA, José Claudio.	2022	Catálogo de periódicos da CAPES
26.	Nuvem Branquinha: para cantar e construir conhecimentos musicais.	ANDRADE, Débora	2022	Revista MEB
27.	A Base Nacional Comum Curricular e as canções dos Festivais de Música de Roraima: atividades para o ensino de música.	SILVA, Jefferson Tiago de Souza Mendes da; NASCIMENTO, Andressa Sousa do.	2023	Portal de periódicos da CAPES
28.	Jogos Sérios como Estratégia de Apoio ao Ensino e Aprendizagem de Música: Aplicação do Jogo Musicália na Educação Infantil.	LIMA, Wemerson Geisler de.	2023	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES
29.	O ensino de música com violão aos educandos típicos e atípicos com deficiência visual à luz da Base Nacional Comum Curricular	FREITAS, Alessandro José de Araújo.	2023	BDTD
30.	Professores de música e BNCC: diálogos entre políticas e práticas	OLIVEIRA, Olga Alves de; SOBREIRA, Silvia.	2023	ANAIS/ABEM
31.	Planejamento no estágio curricular supervisionado: propostas pedagógico-musicais à luz da BNCC	CONCEIÇÃO, Victória Marques; BATISTA, Vanessa da Silva; SILVA, Tais Dantas da.	2023	ANAIS/ABEM



32.	Ensino de Samba e BNCC: algumas considerações	FERREIRA, Fabrício Spezia; RIBEIRO, Leonardo Matheus Souza.	2023	ANAIS/ABEM
33.	Programa Música na Rede e a BNCC: processo de implementação da disciplina eletiva em escolas da Educação Básica no estado do Espírito Santo Comunicação.	OLIVEIRA, Marcelo Rodrigues de; RODRIGUES, Michele de Almeida Rosa	2023	ANAIS/ABEM

Quadro 1 – Relação de trabalhos selecionados. Fonte: elaborado pelas autoras.

O ensino de música e o componente curricular Arte na BNCC

A ideia da construção de uma base comum para as escolas brasileiras não é recente. Conforme explicitado no próprio documento da base, os marcos legais que a justificam remontam à Constituição Federal de 1988, a qual já sinalizava a necessidade de serem fixados conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996, atribuiu à União, juntamente com os Estados, Municípios e o Distrito Federal, a elaboração de competências e de diretrizes para a Educação Infantil, para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio.

Essas competências e diretrizes estariam presentes em documentos norteadores de currículos, que tinham como objetivo assegurar uma formação básica comum no país. A Lei nº 13.005/2014, que regulamenta o Pacto Nacional de Educação e define ações com o objetivo de melhorar a qualidade da Educação Básica, reitera a necessidade de se estabelecer e implantar uma base nacional comum curricular, a ser complementada por cada instituição de ensino, tendo em vista as características regionais, estaduais e locais dos diversos grupos da sociedade (Brasil, 2017).

Neste contexto, em setembro de 2014, teve início a elaboração do documento que hoje se constitui como a BNCC. A primeira versão foi disponibilizada para consulta pública em 2015. A segunda, foi apresentada em maio de 2016, e a versão final foi homologada em dezembro de 2017 para as etapas da



Educação Infantil e do Ensino Fundamental e, em 2018, para o Ensino Médio (Del-Ben; Pereira, 2019).

Os processos de concepção e de elaboração da Base revelaram uma série de críticas que emergiram por parte de pesquisadores/as do campo do currículo, tais como Girotto (2018; 2019), Lopes e Macedo (2021) e Pereira (2020). Em um cenário de tensões, Girotto (2018) denunciou que a ideia de uma base comum tinha como objetivo esconder um problema latente na educação pública brasileira: “a desigualdade das condições de ensino e aprendizagem as quais estão submetidos milhares de professores e alunos em todo o país” (p. 02). A proposição centralizadora dos currículos também foi questionada por Pereira (2020), que afirmou:

Ao garantir a qualidade do ensino a partir da definição de aprendizagens mínimas comuns, o Estado neoliberal aponta o dedo acusador para o indivíduo sem contexto, e se eximir da responsabilidade de atuar efetivamente na transformação de uma realidade educacional bem mais complexa do que se quer enxergar (Pereira, 2020, p. 128).

No que se refere ao componente curricular Arte, e conseqüentemente à linguagem da música, Del-Ben e Pereira (2019) destacaram as rupturas e os retrocessos da terceira versão, que foi homologada, em relação à primeira e à segunda versão. Na primeira, é possível destacar que a música é colocada como um subcomponente, conforme descrito a seguir:

O componente curricular Arte engloba quatro diferentes **subcomponentes**: artes visuais, dança, teatro e música, bem como de suas práticas integradas (como, por exemplo, a performance, a instalação, a videoarte, o circo, a videodança, a ópera etc. (Brasil, 2015, p. 82, grifos das autoras).

A segunda versão da BNCC suprimiu a palavra “subcomponente”, que foi substituída pelo termo “linguagem”. Essa versão significou um avanço ao destacar que “cada linguagem tem seu próprio campo epistemológico, seus elementos constitutivos e estatutos, com singularidades que exigem abordagens pedagógicas específicas das artes e, portanto, formação docente especializada” (Brasil, 2016, p. 112).

Entretanto, em sua terceira versão, a BNCC não considerou essas questões e perpetuou a tradição da polivalência no ensino de Arte no Brasil. Essa abordagem

contradiz a luta histórica das áreas que compõem o campo das artes, as quais buscam reconhecimento como componentes curriculares específicos (Oliveira; Sobreira, 2022).

Seguindo com a descrição da terceira versão da BNCC, que foi homologada, serão apresentadas nos parágrafos subsequentes breves considerações sobre como o ensino de música é inserido em cada uma das etapas da Educação Básica. É válido destacar que essas discussões serão debatidas com uma maior profundidade nas sessões posteriores, as quais abarcam as categorias analíticas resultantes do mapeamento dos textos.

Na etapa da Educação Infantil, os eixos estruturantes estão centrados nas “Interações e Brincadeiras”, buscando assegurar às crianças seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, sendo eles: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se (Brasil, 2017). Considerando estes direitos, são estabelecidos cinco campos de experiências: 1. O eu, o outro e o nós; 2. Corpo, gestos e movimentos; 3. Traços, sons, cores e formas; 4. Escuta, fala, pensamento e imaginação; 5. Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações (Brasil, 2017).

Embora seja possível vislumbrar um trabalho com a música em todos estes campos de experiência, é no campo “Traços, sons, cores e formas” que a linguagem musical se insere de forma mais direta nos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Neste campo é possível perceber diversos problemas, dentre os quais foram destacados por França (2020) “a confusão conceitual e os equívocos pedagógicos” e a visão da música como “uma prática empobrecida, apática e imitativa de modelos estereotipados” (p. 36).

Para todo o Ensino Fundamental, a Arte é apresentada na BNCC como sendo componente curricular integrante da área de Linguagens, e propõe que, para essa etapa se articulem seis dimensões do conhecimento em Arte: Criação; Crítica; Estesia; Expressão; Fruição; e Reflexão (Brasil, 2017). Conforme apontado por Del-Ben e Pereira (2019), essa ênfase na experiência estética das linguagens artísticas, a qual reforça a subjetividade e a sensibilidade, deixa à margem dimensões socioculturais, históricas e políticas e enfraquece a ideia de campo epistemológico que havia sido inserida na segunda versão do documento.



Ainda sobre a etapa do Ensino Fundamental, cada uma das quatro linguagens do componente curricular Arte, sendo elas as artes visuais, a dança, a música e o teatro, são apresentadas no documento como unidades temáticas e reúnem objetos de conhecimento e habilidades articulados às seis dimensões descritas anteriormente. O fato de considerar as linguagens artísticas como unidades temáticas “implica a permanência da dificuldade de compreensão a respeito de como esse componente curricular poderá se materializar nas diferentes escolas brasileiras, bem como no enfraquecimento da concepção de música como linguagem” (Del-bem; Pereira, 2019, p. 201).

Tratando especificamente da linguagem da música no Ensino Fundamental, são estabelecidos os seguintes objetos de conhecimento: contexto e práticas; elementos da linguagem; materialidades; notação e registro musical e processos de criação. Esses objetos de conhecimento se traduzem em habilidades específicas, que delineiam os objetivos em música na BNCC (Brasil, 2017). Conforme Del-Ben e Pereira (2019, p. 202), essas habilidades imprimem um “caráter mais de currículo do que de base, ao definir conteúdos e metodologias, restringindo, dessa maneira, a liberdade dos professores no desenvolvimento de suas práticas educativo-musicais nas escolas”. A ideia de que a BNCC não é o currículo e sim o caminho para a construção de currículos foi reforçada pelo próprio Ministério da Educação, no entanto, além de Del-Ben e Pereira, Macedo (2018) também questiona o significado do currículo produzido pela Base.

No Ensino Médio se mantém o desenvolvimento das competências gerais da Educação Básica, organizadas em áreas de conhecimento, as quais incluem: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias; bem como Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Para cada área de conhecimento são estabelecidas competências específicas, que na organização curricular das escolas podem orientar os chamados itinerários formativos (Brasil, 2018).

É válido destacar que existem diversas críticas em torno da ideia de competências e habilidades na Educação. Arroyo (2007), por exemplo, diz que essa perspectiva reduz “o currículo e o ensino a uma sequência do domínio de competências e a uma concepção pragmatista, utilitarista, cientificista e positivista



de conhecimento e de ciência”. E acrescenta que “currículos presos a essa concepção tendem a secundarizar o conhecimento e a reduzir o conhecimento à aquisição de habilidades e competências que o pragmatismo do mercado valoriza” (Arroyo, 2007).

Na etapa do Ensino Médio, o desenvolvimento do ensino da Arte e da música se estabelece na área de conhecimento “Linguagens e suas Tecnologias”, a qual afirma que os arranjos curriculares podem permitir “estudos em línguas vernáculas, estrangeiras, clássicas e indígenas, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), das artes, design, linguagens digitais, corporeidade, artes cênicas, roteiros, produções literárias, dentre outros” (Brasil, p. 484, 2017, grifo das autoras).

Neste sentido, a música poderá ser estabelecida no contexto escolar mediante os Itinerários Formativos, que devido à flexibilização curricular proposta para o Ensino Médio, se organizam tendo em vista a escolha dos/as estudantes e “podem ser estruturados com foco em uma área do conhecimento, na formação técnica e profissional ou, também, na mobilização de competências e habilidades de diferentes áreas” (Brasil, 2017, p. 478).

Dimensões teóricas acerca da BNCC e ensino de música: a política curricular em discussão

Os trabalhos elencados para essa categoria abordam a BNCC enquanto política curricular, focando na inserção da música no componente curricular Arte. Além disso, alguns textos evidenciam análises de propostas curriculares municipais e estaduais definidas a partir deste documento.

Dois trabalhos publicados em 2016, ano em que a segunda versão da Base foi divulgada, são precursores das discussões sobre a BNCC na área de música, apresentando reflexões a partir do campo da Educação Musical com o artigo de Romanelli (2016), intitulado “Falando sobre a Arte na Base Nacional Comum Curricular – BNCC – um ponto de vista da educação musical” e da Etnomusicologia, com o texto “Noções naturalizadas de música, arte e criação: desdobramentos a partir de uma leitura da Base Nacional Comum Curricular”, de autoria de Fisher *et al.* (2016).



Romanelli (2016) discute as orientações para o ensino de música no componente curricular Arte em todas as etapas de ensino, inseridas na segunda versão da BNCC. Este autor considera alguns avanços deste documento ao destacar a “sua posição clara sobre as particularidades das linguagens artísticas que compõem o componente curricular Arte”, bem como “o fato de o documento assumir claramente a necessidade do professor formado nas especificidades de cada uma das linguagens da Arte, atuando em sua área de formação[...]” (Romanelli, 2016, p. 480).

Os trabalhos de Oliveira e Sobreira (2022), Mezzalira (2022) e Dias (2022) avançam nessa discussão, realizando uma análise da terceira versão da base, que foi homologada em 2018. Nessa análise, estes autores evidenciam alguns aspectos contraditórios em relação à segunda versão, como por exemplo, a maneira pela qual a BNCC mantém a tradição da polivalência no que diz respeito ao ensino de Arte na escola.

Essa diferença de tratamento do componente curricular Arte nas versões da BNCC também revela uma hierarquização das áreas de conhecimento, conforme atestam Oliveira e Sobreira (2022), Mezzalira (2022) e Dias (2022) em uma análise sobre o Ensino Fundamental. Nesse sentido, a música perdeu o status de linguagem quando reduzida à novidade das unidades temáticas dentro do componente curricular Arte.

A ideia de hierarquização também é discutida por Mota *et al.* (2018) e por Filipak (2020), os quais abordam em seus estudos uma análise específica sobre o Ensino Médio, indicando a precarização do componente curricular Arte ao ser inserido na área de “Linguagens e suas Tecnologias” e a consequente desvalorização da música. Dias (2022) corrobora com essa discussão ao tecer críticas acerca da forma vaga como a música é inserida no documento, evidenciando uma “concepção rasa e limitada do fazer artístico musical” (Dias, 2022, p. 34).

Outra reflexão atestada nos trabalhos trata da falta de prestígio do componente curricular Arte frente aos demais componentes. Dias (2022, p. 36), tomando como base dados da Federação de Arte-Educadores do Brasil (FAEB), evidencia que um dos motivos pelos quais este componente não é prioridade no



currículo é a maneira aligeirada como é tratado na BNCC, e também por não constar nas avaliações das aprendizagens dos sistemas de ensino.

Em alguns trabalhos, tais como o de Santos (2019) e o de Mota *et al.* (2018), as críticas à BNCC do Ensino Médio também se estendem ao fato de que as decisões finais acerca do documento que foi homologado foram tomadas de forma vertical por um determinado grupo de pessoas, desconsiderando as diversas vozes que foram ouvidas durante as audiências que ocorreram no processo de elaboração da Base. É válido destacar que a BNCC do Ensino Fundamental também seguiu essa mesma perspectiva e, apesar das contribuições de diversos segmentos da sociedade durante as audiências públicas, a versão final foi publicada sem relevar o diálogo com a população e com os profissionais da área (Oliveira; Sobreira, 2022).

Ainda sobre o Ensino Médio, é possível perceber que grande parte dos textos abordam a BNCC sob uma perspectiva crítica, apontando os seus diversos problemas de cunho epistemológico, metodológico e ideológico. Sob um outro olhar, que enxerga a BNCC como possibilidade, Oliveira e Rodrigues (2023) indicam que a adequação das escolas do Estado do Espírito Santo às suas diretrizes tem proporcionado a disciplinarização do ensino de música, destacando o processo inicial de implementação de uma disciplina eletiva de música.

Um outro ponto que é discutido de forma considerável nos trabalhos diz respeito ao foco da base no desenvolvimento de competências, balizadas por uma visão neoliberal da educação, conforme identificado nos textos de Mota *et al.* (2018), Santos (2019), Dias (2022), Oliveira e Sobreira (2022) e Mezzalira (2022). Essa visão atenta para as interferências de setores empresariais privados em políticas públicas da educação (Del-Ben, 2021 *apud* Mezzalira, 2022; Dias, 2022).

Os trabalhos também apontam a fragilidade da BNCC no que diz respeito ao tema da diversidade, conforme evidenciado nos textos de Mota *et al.* (2018), Santos (2019), Fisher *et al.* (2016) e Ferreira e Ribeiro (2023). Santos (2019) menciona a exclusão de questões sobre diversidade de gênero e diversidade cultural, ressaltando que essas ausências refletem a prática de “silenciar essa diversidade e amordaçar a criticidade do processo educativo” (Santos, 2019, p. 62). Isso se deu não apenas na versão que foi homologada. O texto de Fisher *et al.* (2016) apresenta



uma leitura etnomusicológica da segunda versão da BNCC do Ensino Fundamental e Médio e ressalta que, mesmo que o componente curricular Arte tenha que contemplar a perspectiva da Lei Federal nº 11.645/08, que torna obrigatório o ensino de conteúdos afro-brasileiros e indígenas no âmbito do ensino fundamental e médio, este componente “passa ao largo de qualquer referência ao tema” (Fisher et al., 2016, n.p).

O tema da diversidade também está imbricado nas críticas sobre o caráter homogeneizador de uma base que tem a pretensão de ser comum, destituída de elementos que abordem os diversos universos culturais dos/as estudantes. Em uma análise da base do Ensino Médio que foi homologada, Filipak (2020, p. 269) afirma que dentro da perspectiva deste caráter homogeneizador “certa forma pode-se pensar que a unificação de um currículo nacional seja de ordem ideológica a fim de perpetuar a dualidade da escola, ou seja, a perpetuação da desigualdade social em âmbito escolar”. Ferreira e Ribeiro (2023) entendem que a BNCC “comete equívocos ao não considerar as múltiplas formas de se entender as experiências brasileiras, marcadas por diversas características interseccionais que resultam na diversidade cultural brasileira” (n.p).

Considerando que a terceira versão da Base, em especial, engendra retrocessos indicados em vários textos discutidos nessa categoria, Dias (2022) pressupõe que os/as professores/as sejam os principais protagonistas de suas ações, buscando possibilidades de articular a teoria e a prática em diálogo com contextos históricos e culturais diversos. Ainda sobre a prática dos/as professores/as, Oliveira e Sobreira (2023) afirmam que “as políticas curriculares estão em constante disputa de significados, por isso podemos afirmar que os professores de música também criam políticas” (n.p).

Apenas dois textos dessa categoria focam na Educação Infantil. De uma maneira geral, estes trabalhos realizam análises que denotam contribuições da Base para essa etapa de ensino, considerando que na BNCC a música exerce um papel importante na formação integral humana (Mião; Lima, 2020) e que se preocupa com uma proposta de musicalização que visa “enriquecer as vivências e experiências musicais dos pequenos” (Souza, 2020).



Essa categoria abordou, portanto, 13 trabalhos que focam em discussões acerca de aspectos conceituais da Base. Dentre as principais questões debatidas, alguns dos textos identificam avanços, especialmente na segunda versão do documento, com destaque para a necessidade de tratar o ensino de música em suas particularidades, sendo essa ministrada por um/a professor/a especialista. Outros trabalhos analisam a terceira versão, que foi homologada, ressaltando alguns retrocessos, tais como a tradição polivalente da docência em Arte, a perspectiva neoliberal imbricada no conceito de competências, a hierarquização das áreas de conhecimento e a tendência de homogeneização de uma base que visa se tornar comum.

Destes trabalhos, quatro dizem respeito ao Ensino Fundamental, quatro ao Ensino Médio, dois à Educação Infantil; dois textos não mencionam a etapa analisada e um analisa as três etapas. Outro ponto relevante é que a maioria dos trabalhos desta categoria se inserem nas áreas da Educação e da Música. Dos textos da Música, oito estão na Educação Musical e um na Etnomusicologia. Apenas um texto foi encontrado em um periódico que contempla a área de Artes de maneira geral. Os outros três estão na Educação, sendo que as duas dissertações selecionadas nesta categoria são dessa área e não do campo da Música.

Dimensões da prática pedagógica: BNCC e o ensino de música na escola

Essa seção expõe trabalhos que, apresentados como resultados de pesquisas ou como relatos de experiência, discutem propostas de ensino de música estruturadas e/ou realizadas a partir das diretrizes da BNCC. Tais propostas foram evidenciadas nas experiências profissionais de professores e de professoras que atuam na Educação Básica, em atividades de estágios curriculares da graduação, ou estão configuradas em textos que as apresentam apenas como sugestões, não tendo sido ainda desenvolvidas no contexto da escola.

Além de abordarem dimensões práticas relacionadas ao ensino de música, os textos dessa categoria também contemplam descrições e análises acerca da inserção da linguagem musical na BNCC. Trabalhos como os de Ortiz e Azevedo (2019), França (2020), Oliveira (2021) e Silva e Nascimento (2023), por exemplo, descrevem como a música se insere na BNCC do Ensino Infantil e do



Ensino Fundamental. Ortiz e Azevedo (2019), especialmente, destacam uma visão positiva de um dos aspectos da Base para o Ensino Fundamental ao observarem que os objetos do conhecimento em música, definidos como Contexto e práticas; Elementos da Linguagem; Materialidades; Notação e registro musical e Processo de Criação (Brasil, 2017), “oportunizam aos alunos o desenvolvimento de habilidades de apreciação, de execução e de criticidade consideradas necessárias para apropriação da linguagem musical” (n.p).

Já França (2020), lança um olhar crítico sobre as interpretações acerca dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento (OADs), inseridos na Educação Infantil, e das habilidades presentes nas outras etapas da Educação Básica. Ela afirma que “os OADs e as Habilidades para música, além de repetitivos e restritivos, apresentam problemas conceituais e metodológicos importantes, alguns dos quais representam retrocessos significativos para a área” (p. 33).

Um outro ponto destacado nos textos acerca da análise do documento diz respeito à leitura polivalente do componente curricular Arte na BNCC. A tradição da polivalência é entendida como um dilema nos trabalhos de Silva (2021), Ortiz e Azevedo (2019) e de Matos e Torres (2019). Estes últimos autores avançam na discussão acerca de questões problemáticas evidenciadas na Base, as quais também foram debatidas na categoria 1, tais como hierarquia de importância entre as áreas de conhecimento na Educação Básica. De fato, esses problemas evidenciam a forma verticalizada como a BNCC foi aprovada, sem considerar as contribuições dos diversos setores da sociedade, incluindo as da Associação Brasileira de Educação Musical, na versão que foi homologada.

No entanto, mesmo que a escrita do documento evidencie tantos dilemas, textos como os de França (2020), Matos e Torres (2021), Abreu e Aquino (2018) e Silva e Nascimento (2023) descrevem “arranjos possíveis” por meio de experiências musicais que, se atentando às especificidades da Base, também revelam possibilidades de traduções no “chão da escola”.

Dentro dessa perspectiva, a ideia de currículo em ação está presente em diversos trabalhos desta categoria. Os textos abordam resultados de pesquisas realizadas com professores e professoras, além de relatos de experiências. Matos e Torres (2021), Abreu e Aquino (2018) e Conceição, Batista e Silva (2023)

apresentam experiências de estágio que exploram o ensino de música em diálogo com propostas curriculares construídas a partir da BNCC. É importante destacar que alguns textos mencionam que, apesar de terem a Base como referência, as propostas pedagógicas se destacam para além do que o documento norteia.

Ainda sobre a perspectiva do currículo em ação, Ortiz e Azevedo (2019) demonstram em seu texto os resultados de uma pesquisa realizada com uma professora que atua com o ensino de Arte, de forma polivalente, no Ensino Fundamental de uma escola pública do estado do Mato Grosso. Os resultados indicam que o planejamento da docente é baseado na BNCC, que por sua vez é traduzida na proposta curricular deste estado. A experiência relatada no texto de Silva (2021) reforça que a BNCC é seguida de maneira fiel na escola em que atua, em Belém-PA, seguindo essa tendência polivalente na qual a música é tratada de forma superficial.

Carvalho (2020, 2021) também descreve experiências vivenciadas “no chão da escola”, ao fazer questionamentos sobre como o professor de música interpreta e aplica a BNCC, no que diz respeito ao ensino de arte, em sua prática pedagógica. Tomando como base os depoimentos de professoras e de professores da Educação Básica de Minas Gerais, a pesquisa evidenciou diferentes pontos de vista em relação à BNCC.

O trabalho de Santos (2020) abordou um estudo sobre aulas de música na Educação Infantil em uma escola da rede particular. É importante destacar que essas escolas estabelecem suas próprias diretrizes a partir da BNCC. Neste caso, o autor analisou o programa da disciplina de Música, bem como demonstrou o currículo em ação, revelando que o seu planejamento e a sua prática estão articulados com este programa, validando objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e os campos de experiências como caminhos proveitosos para o desenvolvimento de propostas pedagógico-musicais com as crianças, o que revela uma visão otimista do documento (Santos, 2020).

As traduções dos documentos curriculares também se estendem aos materiais didáticos utilizados nas escolas. Silva (2021), em sua pesquisa sobre a música no currículo de uma escola da Educação Básica em Belém/PA, constata a necessidade de cumprir com as determinações contidas nos materiais didáticos



que, por sua vez, seguem o que normatiza a BNCC. Esta autora ressalta a importância de estes livros abordarem conteúdos da cultura popular de muitos estados do país, mas critica o fato de não contemplarem especificidades da cultura popular da região Norte (Silva, 2021).

Neste contexto, o trabalho de Silva e Nascimento (2023) avança na perspectiva de olhar para além da BNCC, ao propor atividades que abordam canções regionais apresentadas nos Festivais de Música de Roraima. Embora apoiadas na base e no modelo C(L)A(S)P, de Keith Swanwick, os/as autores/as ressaltam que os professores e as professoras podem utilizar a Base como referência, mas que para que o ensino de música seja realizado com qualidade, é necessário ampliar as possibilidades para além dos caminhos traçados pelo documento.

Os anos iniciais do Ensino Fundamental foram o universo da pesquisa de Carvalho (2022). Neste trabalho, a autora demonstra como uma professora unidocente desenvolveu um projeto que envolve o ensino da linguagem musical por intermédio das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC). Carvalho atenta para uma visão positiva da BNCC ao destacar que a base “concebe as competências e as habilidades necessárias ao aprendizado da linguagem musical, considerando-as como saberes essenciais ao componente curricular de Artes [sic]” (Carvalho, 2022, p. 30).

Oliveira (2021), Silva (2021), Lima (2020) e Costa (2021) apresentam sugestões de práticas baseadas na BNCC, voltadas para a Educação Infantil. Além disso, também foi identificado o texto de Oliveira (2020), o qual sugere atividades inseridas no contexto da Educação no Campo, e o de Freitas (2023), que aborda propostas que envolvem o ensino de violão no Ensino Fundamental, dentro de uma perspectiva da Educação Musical Inclusiva. Em se tratando do Ensino Médio, o texto de Rosa (2020) contempla o relato de uma proposta baseada nos itinerários formativos da BNCC. França (2020), Andrade (2021) e Gonçalves (2020) também abordam em seus trabalhos possibilidades de atividades para serem desenvolvidas a partir do que preconiza a BNCC.

Alguns dos trabalhos analisados revelam discussões em torno dos níveis de planejamento educacional, focando em análises que partem da BNCC e perpassam



as suas traduções em propostas curriculares no nível dos estados e dos municípios até chegar na sala de aula. Os trabalhos evidenciam possibilidades de ensino de música a partir dos direcionamentos da Base, alguns com diversas críticas ao documento e à maneira protocolar pela qual o ensino de música, inserido no componente curricular Arte, é desenvolvido nas escolas. Já outros trabalhos evidenciam uma visão positiva e otimista da utilização da BNCC como documento norteador de aprendizagens.

Os textos que abordam as propostas de atividades articulam tais propostas diretamente aos campos de experiências, aos objetivos de aprendizagem ou habilidades previstas da BNCC. Este entendimento caracteriza a Base como currículo, embora o Ministério da Educação reforce que ela se constitui apenas como um documento norteador na construção de currículos. Dessa forma, o significado de currículo da Base ainda é uma questão que merece a atenção na área da Educação e, especialmente, da Música.

Dos 20 trabalhos analisados nessa categoria, 11 correspondem à etapa do Ensino Fundamental, 1 ao Ensino Médio, 5 ao Ensino Infantil. Além disso, 1 abordou as três etapas, 1 contemplou o Ensino Fundamental e Médio e 1 não pôde ter a sua etapa identificada. Acerca das áreas em que estão inseridos estes textos, 14 se incluem na Música, 2 na Educação, 3 na área de Artes e 1 na área de Ciências da Computação. Nessa categoria foram identificadas sete dissertações, sendo duas da área de Música, duas da Educação e três de mestrados profissionais em Artes, o que evidencia, assim como foi constatado na categoria 1, a necessidade da produção de um número mais significativo de teses e de dissertações sobre este assunto no campo da Música.

Considerações finais

Este trabalho mapeou a produção acadêmica que foca nas relações entre a BNCC e o ensino de música na Educação Básica. A partir de uma revisão dos 33 textos selecionados, foi possível dividi-los em duas categorias, sendo elas: 1ª) Dimensões teóricas acerca da BNCC e ensino de música: a política curricular em discussão; 2ª) Dimensões da prática pedagógica: BNCC e o ensino de música na escola.



Para uma melhor compreensão destes dados, o texto abordou a presença da música na Base, nas três etapas da Educação Básica descritas no documento. Por meio de uma breve descrição sobre o processo de construção da BNCC, ressaltou que foram elaboradas três versões, sendo que a terceira, que foi homologada, representa rupturas e retrocessos significativos para a área da Música, tal como o entendimento de que o trabalho com arte na escola deve se pautar em uma tradição polivalente.

Quanto ao mapeamento dos textos, ficou evidente que eles estão inseridos, principalmente, dentro das áreas da Educação e da Música, com destaque para a Educação Musical. A quantidade significativa de dissertações na área de Educação e de Artes em detrimento da área de Música chama a atenção para a necessidade de ampliar a produção acadêmica acerca do campo do currículo e, especificamente, de trabalhos que tenham como foco a BNCC.

É válido destacar que em nenhuma das categorias foram identificadas publicações do ano de 2015. Isso quer dizer que, neste período, enquanto a área da Educação já publicava trabalhos com discussões sobre a BNCC, nas publicações da área de Música este debate ainda era incipiente. Entre os anos de 2016 e 2019 foram encontrados seis trabalhos, considerando que apenas depois de 2020 houve uma crescente na produção dos textos.

As primeira categoria analítica, constituída a partir do mapeamento, destacou análises sobre a linguagem musical na Base, que fizeram emergir debates como: a maneira verticalizada como o documento foi aprovado, sem considerar as diversas vozes envolvidas no processo; a problemática da polivalência do professor de Arte na Educação Básica; a hierarquização das áreas de conhecimento; o discurso neoliberal imbuído na noção de competências e de inconsistências no que diz respeito a questões conceituais e metodológicas. Reiteramos a nossa posição sobre a importância deste posicionamento crítico em torno de questões conceituais, metodológicas e ideológicas que fundamentam a Base e juntamos as nossas vozes a este coro que contesta qualquer postura que seja prejudicial a uma educação musical escolar mais humana e pautada nos princípios da cidadania e da democracia.



Na segunda categoria foram explorados trabalhos que evidenciaram experiências de ensino de música em escolas públicas e privadas, assim como sugestões de atividades baseadas na BNCC. Os textos destacam retrocessos e avanços dessa política curricular e alguns demonstram otimismo em relação aos direcionamentos do documento, no entanto, outros ressaltam a necessidade de ir para além do que a base propõe.

A partir da descrição dos assuntos debatidos nos textos, insistimos no fato de que, por ser uma importante política curricular, balizadora no ensino de música na escola, se faz necessário um maior aprofundamento nas reflexões sobre a BNCC. Essas reflexões devem abarcar todo este percurso que compreende desde a concepção da política curricular e dos discursos imbuídos em seu texto, passando pela elaboração de propostas curriculares no âmbito dos estados e municípios até a elaboração dos projetos político pedagógicos (PPP), dos materiais didáticos e dos planejamentos dos/as professores/as.

Não é exaustivo dizer que a luta pelo ensino de música na escola perpassa pela produção intelectual que é resultado de investigações científicas e de experiências pedagógicas vivenciadas no chão da sala de aula. Quando a área de Educação Musical volta o seu olhar para o campo do currículo na Educação Básica, ela ocupa um espaço fundamental não apenas de cunho epistemológico e metodológico, como também político.

Referências

ABREU, R. R. de; AQUINO, T. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em aulas de música no ensino fundamental: analisando uma experiência de estágio. *In* Encontro Regional Centro-Oeste da Associação Brasileira de Educação Musical, 15, 2018. *Anais* [...] Goiânia, 2018. Disponível em: http://abemeducacaomusical.com.br/anais_erco/v3/papers/3324/public/3324_-11363-1-PB.pdf. Acesso em: 13 out. 2023.

ANDRADE, D. Nuvem Branquinha: para cantar e construir conhecimentos musicais. *Revista MEB*, v. 11, n. 13/14, 2022. p. 108-121. Disponível em: <https://revistameb.abem.mus.br/meb/article/view/252>. Acesso em: 05 jan. 2024.

ARNHOLD, D. T; MARTINS, R. L. A Base Nacional Comum Curricular como Política Pública de Equidade: Discussões e Perspectivas. Formação de

Professores. *Revista-Faccat*, v. 2, n. 1, p. 118-127, 2021. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/formacao/article/view/2184>. Acesso em: 24 set. 2023.

ARROYO, M. G. Educandos e educadores: seus direitos e o currículo. In *Indagações sobre currículo*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag2.pdf>. Acesso em: 12 de fev. 2024.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução: Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. - São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2015. Disponível em: <http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

_____. *Lei nº 13.278*, de 2 de maio de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13278.htm. Acesso em: 7 out. 2023.

_____. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. [Versão homologada]. Brasília: MEC, dez. de 2017a. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 03 mai. 2023.

_____. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

CARVALHO, A. R. de. *Configurações do ensino de música frente ao componente curricular Arte* um estudo com professores de música da Educação Básica. 2020. Dissertação (Mestrado em Música stricto sensu) – Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/36559>. Acesso em: 23 set. 2023.

CARVALHO, T. C. D. C. V. *Música e tecnologia na escola* diretrizes pedagógicas para os anos iniciais do ensino fundamental guiadas pela BNCC. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Tecnologia Educacional) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/70451>. Acesso em: 06 jan. 2024.

CONCEIÇÃO, V. M; BATISTA, V. da. S; SILVA, T. D. da. Planejamento no estágio curricular supervisionado: propostas pedagógico-musicais à luz da BNCC. In: XXVI Congresso Nacional da ABEM, 2023. *Anais* [...] Ouro Preto, 2023. Disponível em:

https://abem.mus.br/anais_congresso/V5/papers/1821/public/1821-7290-1-PB.pdf. Acesso em: 06 jan. 2024.

COSTA, M. A. de T. C. da. As relações entre as aulas de música e o desenvolvimento comunicativo infantil: reflexões a partir da Base Nacional Comum Curricular. In XXV Congresso Nacional da Associação Brasileira de Educação Musical. 25, 2021. *Anais* [...]. Disponível em: <https://www.abem-submissoes.com.br/index.php/xxvcongresso/2021/paper/view/900/655>. Acesso em: 15 mar 2023.

DEL-BEN, L. M.; PEREIRA, M. V. M. *Música e Educação Básica* sentidos em disputa. In Fabiany de Cássia Tavares Silva; Constantina Xavier Filha. (Org.). *Conhecimentos em disputa na Base Nacional Comum Curricular*. 1 ed. Campo Grande/MS: Editora Oeste, 2019, v. 01, p. 189-210. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/335797841 Musica e Educacao Basica sentidos em disputa](https://www.researchgate.net/publication/335797841_Musica_e_Educacao_Basica_sentidos_em_disputa). Acesso em: 10 jan. 2023.

DIAS, J. S. *A educação musical como prática educativa emancipatória* uma análise da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/30244>. Acesso em: 15 mar 2023.

FERREIRA, F. S; RIBEIRO, L. M. S. Ensino do Samba e BNCC: algumas considerações. In: XXVI Congresso Nacional da ABEM. 2023. *Anais* [...] Ouro Preto, 2023. Disponível em: <https://www.abem-submissoes.com.br/index.php/xxvcongresso/XXVICongresso/paper/view/1772>. Acesso em: 06 jan. 2024.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas estado da arte. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, no 79, ago. 2002, p. 257-27. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsychSBW4xJT48FfrdCtqfp/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 out. 2023.

FIGUEIREDO, J. de S. B; RASPANTE, A. L; SOUSA, A. C. Políticas Públicas Educacionais para a Educação Infantil. *RECIMA21*, v. 3, n. 5, 2022. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/14>. Acesso em: 06 jan. 2024

FILIPAK, R. Arte (Música) no Currículo Integrado: reflexões sobre seu papel diante das Avaliações em Larga Escala e a Base Nacional Comum Curricular. In: SIMPOM. 11, 2020. *Anais* [...], Rio de Janeiro. Disponível em: <http://seer.unirio.br/simpom/article/view/10685>. Acesso em: 15 jul. 2023.

FISHER, D. et al. Noções naturalizadas de música, arte e criação: desdobramentos a partir de uma leitura da Base Nacional Comum Curricular. In: Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em



Música, 24, 2016. *Anais* [...] Belo Horizonte - MG, Universidade Federal de Minas Gerais, Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/43859>. Acesso em: 11 ago. 2023.

FRANÇA, M. C. C. BNCC e Educação Musical: muito barulho por nada? *Revista MEB*, v. 10, n. 12, 2021. Disponível em: http://abemeduacaomusical.com.br/revistas_meb/index.php/meb/article/view/236. Acesso em: 18 ago. 2023.

FREITAS, A. J. de A. *O ensino de música com violão aos educandos típicos e atípicos com deficiência visual à luz da Base Nacional Comum Curricular*. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Artes) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMA_697d231d52d4033a312ac0f4c2c648d9. Acesso em: 12 dez. 2023.

GIROTTO, E. D. Entre o abstracionismo pedagógico e os territórios de luta: a base nacional comum curricular e a defesa da escola pública. *HORIZONTES* (EDUSF), v. 36, p. 16-30, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/324905499>. Acesso em: 05 jun. 2023.

GIROTTO, E. D. Pode a política pública mentir? A Base Nacional Comum Curricular e a disputa da qualidade educacional. *Educação & Sociedade* (Impresso), v. 40, p. 1-21, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/c3PrMtP6V5XVgnWv79btvjs/>. Acesso em 10 fev. 2024.

GONÇALVES, I. M. *Ensino de música em Escolas Parque de tempo integral* uma proposta pedagógica. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Artes) – Universidade de Brasília, Brasília, 2024. Disponível em: <http://www.rlbea.unb.br/jspui/handle/10482/39788>. Acesso em: 05 jan. 2024.

LIMA, W. G. de. *Jogos sérios como estratégia de apoio ao ensino e aprendizagem de música* aplicação do jogo Musicália na educação infantil. 2023. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ciência da Computação) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2023. Disponível em <repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/16894/9/DISSERTAÇÃO>. Acesso em: 05 jan. 2024.

LOPES, A. C; MACEDO, E. Apresentação Uma alternativa às políticas curriculares centralizadas. *Roteiro*, Joaçaba, v. 46, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2177-60592021000102001&script=sci_arttext. Acesso em: 25 out. 2023.

MACEDO, E. “A base é a base”. E o currículo o que é? In: AGUIAR, Márcia Angela da S.; DOURADO, Luiz Fernandes. (org.). *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024* avaliação e perspectivas. Recife: ANPAE, 2018. p. 31-36. Disponível

em:<https://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

MEZZALIRA, J. C. *Música como linguagem do componente curricular Arte processo histórico e legal na educação pública de ensino*. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Planalto Catarinense, Lages, 2022. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/download/1278/1047/2288>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MIÃO C. R; LIMA S. R. A. de. O ensino musical na educação infantil e sua possível relação com a teoria desenvolvimental proposta por L. Vigotski. 2020. *Revista da Tulha*, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 64-89, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistadatulha/article/view/176713>. Acesso em: 06 jan. 2024.

MOTA, Y. V. et al. Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM): fragmentos e intermediações a partir do Fórum Especial da ABEM. In: Encontro Regional Centro-Oeste Da Associação Brasileira De Educação Musical, 15, 2018. *Anais [...]*, Goiânia – GO. Disponível em: http://abemeducacaomusical.com.br/anais_erco/v3/papers/3331/public/3331-11370-1-PB.pdf. Acesso em: 15 mai. 2023.

NASCIMENTO, A. S. do et al. A Base Nacional Comum Curricular e as canções dos Festivais de Música de Roraima: atividades para o ensino de música. *Olhar de Professor*, v. 26, p. 1-28, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/20359>. Acesso em: 25 set. 2023.

OLIVEIRA, O. A. de; SOBREIRA, S. Componente curricular arte em disputa: embates pela especificidade da música nas políticas curriculares. *Revista da ABEM*, v. 30, n. 2, 2022. Disponível em: <https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/1143>. Acesso em: 25 set. 2023.

OLIVEIRA, Olga Alves de; SOBREIRA, Silvia. Professores de música e BNCC: diálogos entre políticas e práticas. 2023. *Anais [...]* Ouro Preto, 2023. Disponível em: <https://abem.mus.br/anais-congresso/v5/>. Acesso em: 17 abr. 2024.

OLIVEIRA, L. Música na educação do campo: superando estereótipos e aprimorando a escuta musical por meio da criação de playlists. *Revista MEB*, v. 10, n. 12, 2020. Disponível em: http://abemeducacaomusical.com.br/revistas_meb/index.php/meb/article/view/218. Acesso em: 07 jan. 2024.

OLIVEIRA, M. R. de; RODRIGUES, M. de A. R. Programa Música na Rede e a BNCC: processo de implementação da disciplina eletiva em escolas da Educação Básica no estado do Espírito Santo Comunicação. In: XXVI Congresso Nacional da ABEM. 2023. *Anais* [...] Ouro Preto, 2023. Disponível em: https://abem.mus.br/anais_congresso/V5/papers/1445/public/1445-7222-1-PB.pdf. Acesso em: 06 jan. 2024.

OLIVEIRA, R. G. de. *Proposta de implementação da Teoria de Aprendizagem Musical de Edwin Gordon na Educação Infantil de acordo com os parâmetros da BNCC*. 2021. Dissertação (Mestrado Música em Contexto) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/42631>. Acesso em: 15 jun. 2023

ORTIZ, A. M. R. et al. O currículo polivalente em Arte e a prática de professores de música em Várzea Grande-MT. In Congresso Nacional da Associação Brasileira de Educação Musical, 24, 2019. *Anais* [...] Campo Grande-MS. Disponível em: <https://www.abem-submissoes.com.br/index.php/xxivcongresso/2019/paper/view/153>. acesso em: 15 mar. 2023.

PEREIRA, M. V. M. *Música no contexto da BNCC uma proposta para se cultivar o olhar*. In Fabiany de Cássia Tavares Silva; Luiz Carlos Novaes. (Org.). *Conhecimentos em Ação e a Base Nacional Comum Curricular*. 1ed. Campo Grande: Editora Oeste, 2021, v. 1, p. 127-146.

ROSA, T. M. S. Música no Novo Ensino Médio: práticas musicais presentes nos Itinerários Formativos da BNCC em uma escola pública de tempo integral. In: SIMPOM, 11, n. 6, 2020. *Anais* [...]. Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: <http://seer.unirio.br/simpom/article/view/10690>. Acesso em: 18 jul. 2023.

ROMANELLI, G. G. B. Falando sobre a arte na Base Nacional Comum curricular–BNCC–um ponto de vista da educação musical. *Linguagens-Revista de Letras, Artes e Comunicação*, v. 10, n. 3, p. 476-490, 2016. Disponível em: <https://bu.furb.br/ojs/index.php/linguagens/article/view/5979>. Acesso em: 25 jul. 2023.

SACRISTÁN, J. G. *O Currículo Uma reflexão sobre a Prática*. Penso Editora, 2019.

SANTOS, C. L. da S. *Música e movimento na Educação Infantil diálogos possíveis e conexões entre a Base Nacional Comum Curricular e práticas pedagógicas com crianças de 5 anos a partir da perspectiva da abordagem Orff-Schulwerk*. 2020. Dissertação (Mestrado em Docência) – Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho, Bauru, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/202181>. Acesso em: 14 de abr. 2023.

SANTOS, M. C. dos. *A Educação Musical na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)-ensino médio: teias da política educacional curricular pós-golpe 2016*



no Brasil. *Revista da ABEM*, v. 27, n. 42, 2019. Disponível em: <http://abemeduacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/799>. Acesso em: 12 de out. 2023.

SILVA, B. S. M. da. BNCC e a Educação Musical: um estudo crítico-analítico sobre a música no currículo de uma escola da educação básica em Belém/PA. In: XXV Congresso Nacional da Associação Brasileira de Educação Musical, 25, 2021. *Anais* [...]. Disponível em: <http://abem-submissoes.com.br/index.php/xxvcongresso/2021/paper/view/695>. Acesso em: 14 abr. 2023.

SILVA, T. D. da. MÚSICA, BRINCADEIRAS, EDUCAÇÃO INFANTIL E BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. *Revista de Estudos em Educação e Diversidade*. v. 2, n. 6, p. 1-19, out./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/9824>. Acesso em: 16 abr. 2023.

SOUZA, B. C. M. F. Musicalização na educação infantil: um olhar sobre a base nacional comum curricular. *Revista da FUNDARTE*. Montenegro, p.51-64, ano 20, no 40, janeiro/março de 2019. Disponível em: <https://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/article/view/688>. Acesso em: 17 abr. 2023.

TORRES, S. I; MATOS, R. A. de. Reformas curriculares na educação básica sob três perspectivas: BNCC, mediações estaduais e experiências de ensino de música em escolas públicas. *Orfeu*, v. 6, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/orfeu/article/view/20183>. Acesso em: 18 abr. 2023.





Raiana Maciel do Carmo é graduada em Licenciatura em Artes/ênfase em Música pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), mestra em Música (Etnomusicologia) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutora em Música (Etnomusicologia) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente, integra o quadro de professoras(es) do curso de Licenciatura em Música e é professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), ambos da Unimontes, ministrando disciplinas relacionadas à pesquisa, à didática do ensino de música e à educação e diversidade cultural. Foi tutora do Programa de Educação Tutorial/Grupo PET Artes Música-Unimontes entre os anos de 2018 e 2021, coordenando projetos sociais, educacionais e culturais, com destaque para a implantação do curso de Musicalização Infantil da Unimontes e da realização de aulas e de oficinas de música em escolas e projetos sociais. Em 2014 coordenou a implantação do Museu Regional do Norte de Minas (MRNM), sendo também diretora deste equipamento cultural. Os seus temas de interesse na área da pesquisa estão voltados para as políticas culturais para as culturas populares; ensino de música na educação básica, diversidade cultural na escola; formação de professores/as e história da Educação Musical.

<http://lattes.cnpq.br/6705280641106242>

Tatiane Rocha Matos possui licenciatura plena em Artes/Música, habilitação (flauta doce) pela Universidade Estadual de Montes Claros (2017), realizou o Curso de Educação Musical e o Curso Técnico em Flauta Doce (2012) pelo Conservatório de Música Lorenzo Fernández. Atualmente, é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Unimontes. Já atuou como professora na educação integral e nos conservatórios de música de Montes Claros e Diamantina, tendo ampla experiência com a docência e a educação infantil. Participou de apresentações musicais, tais como no Encontro Regional da ABEM, realizado em Montes Claros, nas Festas de Agosto desta cidade e no Festival de Inverno de Milho Verde. Foi produtora musical pelo projeto Instrumental do Sertão, aprovado pela Lei Rouanet, e professora no projeto social Música no Orfanato, pelo edital Sismic. Foi integrante de grupos como Instrumental Enny Parejo, Grupo de Flautas Capella Montesclareense, Instrumental Marina Lorenzo e também da Banda Fulô do Sertão, formada por mulheres musicistas. Além de produtora e musicista na gravação do álbum Cirandinhas. Trabalhou como professora na rede municipal de ensino de Montes Claros, ministrando aulas de Arte para a educação infantil, no Cemei Udilma Porto Soares.

<http://lattes.cnpq.br/9781705360329105>

